

**Desequilíbrio** Nem trabalham nem estudam

# Alta taxa de jovens nem-nem agrava situação da Previdência

**Pessoas sem trabalho comprometem o pagamento de benefícios; fim do bônus demográfico é outro complicador**

A alta taxa de jovens nem-nem – pessoas que não trabalham nem estudam – aliada ao fim do bonêrio demográfico agrava o cenário da Previdência brasileira, que já aponta déficit perto de R\$ 400 bilhões para este ano. O País apresenta ainda baixo nível de contribuição frente à necessidade de pagamento dos benefícios.

Atualmente, há três contribuintes para cada aposentado ou pensionista e o equilíbrio das contas demandaria ao menos sete trabalhadores formais ativos para cada beneficiário, de acordo com projeção feita com exclusividade para o *Estado/Broadcast* pelo economista, diretor e fundador do Instituto Mobilidade e Desenvolvimento Social (IMDS), Paulo Tafner.

“A relação previdenciária entre nem-nem e aposentadoria é a necessidade, ao longo do tempo, de esses jovens entrarem firmemente no mercado de trabalho e contribuírem com a Previdência, já com algum atraso”, diz Luis Eduardo Afonso, professor de Previdência Social da Universidade de São Paulo (USP). “Se não contribuem ho-

je, eles reduzem a receita significativamente, se aposentarem mais tarde, provavelmente com um benefício mais baixo, e estarão mais perto das condições de pobreza.”

Um grupo nem-nem representa 20% dos 49 milhões de brasileiros de 15 a 29 anos, totalizando 10,9 milhões de jovens. Essa parcela de inativos não só retarda o período para conseguir a aposentadoria no futuro como reduz a receita potencial para os que já estão aposentados.

Para Jorge Boucinhas, professor da Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (FGV), a subocupação dos jovens agrava a queima do chamado bônus demográfico, fase de crescimento da população em idade apta a trabalhar. “O maior potencial de arrecadação e contribuição está concentrado nessa faixa etária. O Brasil não soube capitalizar o bônus demográfico, e isso seria ideal para financiar um modelo atuarial como o nosso”, avalia.

Uma capitalização correta do recurso demográfico poderia trazer impactos positivos para essa geração, uma vez que jovens engajados no mercado de trabalho conseguiriam preparar uma gordura de caixa para o pagamento dos já aposentados e dos que ainda virão a se aposentar. Isso foi o que países como Japão e Coreia do Sul fizeram.



*“O maior potencial de arrecadação e contribuição está concentrado nessa faixa etária. O Brasil não soube capitalizar o bônus demográfico, e isso seria ideal para financiar um modelo atuarial como o nosso”*

**Jorge Boucinhas**  
Fundação Getulio Vargas

ram. "Os países asiáticos viveram o mesmo cenário de bônus demográfico entre as décadas de 1960 e 1980, e acabaram crescendo, projetando os coreanos, por exemplo, a atingirem uma renda per capita cinco vezes maior do que a brasileira", argumenta Afonso, da USP.

**PREVIDÊNCIA E O 7 A 1.** A relação de 7 a 1 como proporção ideal para equilibrar as contas previdenciárias, feita pelo eco-

nomista Paulo Tafner, leva em conta os benefícios concedidos e a base atual de contribuintes, além da taxa de informalidade. Nesse contexto, o meme “todo dia um 7 a 1 diferente”, criado após a goleada sofrida pela Seleção Brasileira contra a Alemanha na Copa do Mundo de 2014 para definir situações negativas, pode definir bem o cenário.

“Daqui a alguns anos, vai ter um (*trabalhador*) ativo e meio para financiar um inativo”, avalia Tafner. “O sistema de repartição brasileiro está falido.”

No regime de repartição, os trabalhadores ativos pagam os benefícios dos que estão inativos. “A questão de uma parcela que não está trabalhando pode onerar futuramente a Previdência”, ressalta Luciano Nakabashi, professor do departamento de Economia da USP de Ribeirão Preto. Segundo ele, se fosse um regime de capitalização, o próprio trabalhador acumularia recursos para sustentar o seu benefício previdenciário. “Se acabar o fundo, fica sem aposentadoria.”

O resgate dessa população nem-nem é uma tarefa complexa até pela incompreensão do fenômeno na hora de elaborar a reforma da Previdência.

"Durante a reforma, esses jovens foram tratados como folgadores, pessoas que não querem trabalhar, que não querem produzir e pretendem ficar na barra de saia dos pais, que são aposentados", diz Diego Cherulli, especialista em direito previdenciário. "O mecanismo usado foi reduzir o valor dos benefícios para atrasar as aposentadorias e diminuir drasticamente o valor das pensões por morte." ●

# Inclusão de contingente iria gerar R\$ 46,3 bi, diz estudo

O Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil poderia ter crescido adicionalmente 0,46 ponto percentual no ano passado caso os jovens de 18 a 24 anos que não estudam nem trabalham tivessem sido incorporados ao mercado. A análise foi feita com exclusividade para o *Estado/Broadcast* pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). Segundo a entidade, o PIB potencialmente gerado por esse grupo seria de R\$ 46,3 bilhões.

Para o cálculo, a CNC analisou a massa salarial que esse contingente poderia receber se estivesse empregado. Com base no salário médio de admissão no Brasil, de R\$ 2.029,33, de acordo com dados do Caged, a massa estimada seria de R\$ 15,5 bilhões. Considerando a popula-

ção nem-nem na faixa etária analisada, o impacto na economia representaria quase três vezes esse valor no PIB, segundo Felipe Tavares, economista-chefe da entidade.

"Isso ocorre porque você tem o efeito do salário na economia mais os efeitos indiretos, pois o salário ativa a economia", diz Tavares, completando que, com os R\$ 46,3 bilhões, o PIB de 2022 (de R\$ 10,080 trilhões) teria sido de R\$ 10,126 trilhões. "É um impacto bem grande. O PIB de 2023 vai crescer 2,84%, de acordo com a pesquisa Focus de 4 de dezembro. Se a gente conseguisse ativar essa população nem-nem, iria para 3,3%. Isso é muito expressivo.",

Para o especialista, no longo prazo, esse acréscimo "é algo capaz de mudar o País". "Na última década, o Brasil cresceu em média 0,3% ao ano. Se tivés-

## Economia mais forte

**0,46** ponto percentual  
ao ano, é quanto poderia  
ter crescido a mais o PIB  
nacional

semos crescido esse porcentual a mais nos últimos 30 anos, estaríamos hoje com o dobro de renda per capita."

Tendo em vista que a projeção foi feita considerando apenas a população de 18 a 24 anos, o impacto da entrada dos nem-nem no mercado de trabalho seria maior do que o calculado, uma vez que eles compreendem a faixa etária de 15 a 29 anos, pelo IBGE. "Podemos dizer que esse é um número mais conservador", reitera o especialista.

O impacto dos nem-nem no PIB se dá, principalmente, pela diminuição da capacidade produtiva do País ocasionada pela ausência dessa parcela da população na força de trabalho. “Se as famílias não tiverem renda para consumir, o PIB sofre muito. É por isso que, toda vez que o mercado de trabalho ou a renda das famílias vai mal, há efeitos negativos para o PIB. Não adianta produzir se não vai vender nada.”

**EFEITO IMEDIATO.** Caso esses nem-nem entrassem no mercado, o efeito no PIB seria praticamente imediato. “O consumo é a única variável que mexe de forma instantânea no PIB. Se tiver pessoas a mais começando a trabalhar hoje e ganhando um salário 30 dias depois, no 31.º dia você já sente o efeito na economia, pois essas pessoas vão consumir no dia em que cai o salário”, afirma Tavares.

De acordo com a análise da CNC, a entrada dos nem-nem no mercado de trabalho gera efeitos desiguais a depender da raça e do local. "A economia brasileira inteira tem aumento

no salário médio quando os nem-nem passam a trabalhar, pois são mais pessoas ganhando salário. Só que o efeito disso varia em relação à raça e à região do Brasil", diz Tavares.

Para cada R\$ 1 de aumento no salário médio, o impacto calculado no PIB do Sudeste é de R\$ 5,5 milhões, enquanto no Norte é de apenas R\$ 400 mil. No Nordeste, no Centro-Oeste e no Sul, o crescimento no PIB com o aumento de R\$ 1 no salário médio é de R\$ 673 mil, R\$ 1,2 milhão e R\$ 2,5 milhões, respectivamente.

Já em relação à raça, a CNC calculou que o aumento de R\$ 1 no salário de brancos gera o aumento no PIB de R\$ 2,8 milhões, enquanto o efeito para a população negra é de R\$ 393 mil. ●

**REPORTAGEM DO 13º CURSO ESTADÃO DE JORNALISMO ECONÔMICO: ANA LUIZA ANTUNES, BEATRIZ NOGUEIRA, DANIEL ALOISIO, DIANE BIKEL, ELANNY VILAXIO, FELLIPE GUALBERTO, GABRIEL RIOS, GABRIELA JUCA, GEOVANI BUCCI, GIOVANNA MARINHO, IRACI FALAVINA, JEAN ARAÚJO, JULIA CAMIM, JULIANO GALISI, LETÍCIA OZÓRIO, MA LERI, MARCOS FURTADO, MAYANE SANTOS, MICHELLE PÉRTILE, RAFAELA SOUZA, RAMANA RECH, ROGÉRIO JUNIOR, VICTÓRIA RIBEIRO E YLANNA PIRES. COORDENAÇÃO: CARLA MIRANDA, SIMONE CAVALCANTI E LUIZ FERNANDO TEIXEIRA**